

No ano em que a Organização das Nações Unidas declarou a escravidão transatlântica como o maior crime contra a humanidade, nós, os povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matrizes africanas, reunidos no IV ÈGBÉ, que teve como tema *O PODER ANCESTRAL*, realizado na cidade de Contagem, Minas Gerais, nos dirigimos ao Estado Brasileiro e à sociedade civil, bem como à comunidade internacional, para afirmarmos nosso protagonismo na construção de um mundo fraterno e sustentável.

Para tanto, defendemos a busca por uma sociedade do bem viver, tomando como referência nossas ancestralidades, orientadas por princípios integrativos que transcendem a lógica dualista, polarizadora e divisionista que sustenta a exploração e a desumanização inerentes ao sistema capitalista. Sob essa ótica, o poder ancestral se apresenta como expressão dos povos e comunidades que, mesmo vivendo o tempo presente, com seus avanços e tecnologias, não se desconectaram da natureza nem da relação intrínseca com a Mãe Terra, compreendendo-a como ser vivo e força motriz criativa que sustenta nossa existência coletiva.

O poder ancestral nos organiza porque nos constitui. A ancestralidade é nossa força motriz, fazendo com que os legados de nossas e de nossos ancestrais sejam preservados e renovados, constituindo também aquilo pelo que lutamos. Isso faz com que a ancestralidade seja sempre presente e presença, e não apenas passado. Para nós, pensar os impactos da escravidão transatlântica como o maior crime contra a humanidade significa considerar uma ancestralidade que foi profundamente impactada por esse processo, mas que também se constitui como a força que nos move no enfrentamento das diversas formas de racismo que continuam a nos atacar.

Particularmente, o racismo religioso reduz as múltiplas potencialidades de nossos povos a meros ritos, frequentemente interpretados como o avesso ou a negação das religiões hegemônicas. Ao sermos demonizados, tornamo-nos alvo de múltiplas formas de violência e desassistência, seja por parte do Estado, seja por parte de parcelas significativas da sociedade. Isso implica a negação do acesso a direitos e a políticas públicas.

Defendemos a laicidade do Estado, mas também alertamos para os riscos representados pelo racismo religioso, que reduz nossos povos às suas expressões

religiosas e, com isso, sustenta o argumento de que o Estado não pode formular políticas públicas voltadas para grupos específicos. Tal compreensão ignora que não se trata de privilégios religiosos, mas da garantia de direitos e do enfrentamento das desigualdades produzidas pelo racismo.

Defendemos um Estado verdadeiramente laico. Contudo, somos Povos e Comunidades Tradicionais que, entre muitos saberes, conhecimentos, valores e modos de organizar a vida, cultivamos também uma espiritualidade, articulada a formas próprias de organização econômica, política, ambiental e educativa. Afirmar isso implica rejeitar quaisquer formas de reducionismo. Não aceitamos ser reduzidos apenas à dimensão religiosa, tampouco ser enquadrados como grupos étnicos vinculados à noção evolucionista de povos primitivos. Tais perspectivas nos negam legitimidade como agentes políticos, dotados de historicidade, capazes de nos autogerir e de participar ativamente da construção de uma sociedade brasileira verdadeiramente democrática.

Partindo desse entendimento, afirmamos que um de nossos princípios fundamentais é a dimensão feminina do poder ancestral, que não apenas nos mobiliza na defesa dos direitos das mulheres, mas também nos convoca ao enfrentamento de todas as formas de violência contra elas. Para nossos povos, o feminino e o masculino são dimensões complementares da existência, não cabendo, portanto, nem sendo tolerado que as mulheres sejam tratadas de forma menos digna.

Nessa perspectiva, nossas Ègbés se organizam de maneira comunitária, na qual homens e mulheres, embora exerçam cargos e funções diferenciadas, jamais se relacionam como opositores ou inimigos. Ao contrário, constituem modelos de relações de gênero que têm muito a ensinar ao mundo capitalista, marcado pela hierarquização dessas relações e orientado pela inferiorização, dominação e exploração das mulheres.

Portanto, diante do recrudescimento do racismo contra nossos povos e territórios e do constante desafio de preservar nossa dignidade, apresentamos as seguintes demandas ao Estado brasileiro:

Reparação Histórica e Acesso à Justiça: Exigimos a formulação e a implementação de políticas de reparação material e simbólica capazes de enfrentar os epistemicídios e os efeitos incalculáveis do crime da escravidão transatlântica. O Estado tem a obrigação de fortalecer as redes de proteção, garantindo o pleno acesso à justiça, o fortalecimento das ouvidorias e a celeridade dos mecanismos de denúncia e responsabilização no combate ao racismo religioso.

Demandamos, ainda, ações efetivas para conter o aprofundamento do racismo institucional promovido por iniciativas de setores e bancadas conservadoras que atuam contra os povos e comunidades de matriz africana. Exigimos, igualmente, a destinação de recursos públicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações afrodescendentes, em especial dos povos e comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana. Nessa direção, manifestamos nosso apoio incondicional à aprovação da PEC 27/2024, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial.

Políticas Públicas e Participação Ativa: Reivindicamos a presença efetiva e estruturada de nossas lideranças nas instâncias estatais de formulação, gestão e tomada de decisão, exigindo o compromisso do Estado com a construção de políticas públicas que reconheçam o poder ancestral como um dos eixos organizativos de nossos povos e comunidades. Consideramos fundamental o fomento ao diálogo permanente, bem como o apoio governamental a iniciativas e projetos de desenvolvimento econômico sustentável geridos por comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana.

Protagonismo Feminino e das Juventudes: O poder público deve reconhecer e promover a centralidade da corporeidade feminina como expressão afro-referenciada, bem como implementar políticas de Estado voltadas ao enfrentamento do feminicídio e ao fortalecimento da atuação das mulheres de terreiro na luta contra o machismo, a misoginia e todas as formas de violência de gênero. Exigimos, igualmente, a implementação de iniciativas que garantam a participação política, cultural e comunitária das juventudes de terreiro, reconhecendo seu papel fundamental na salvaguarda, transmissão e renovação de nossas tradições.

Educação, Inteligência Ancestral e Patrimônio: Requeremos o reconhecimento formal da pedagogia de terreiro, compreendendo nossos espaços como territórios fundamentais de produção e irradiação de saberes, de promoção da cultura e de proteção da natureza. Em uma era marcada pela centralidade do ciberespaço e das novas tecnologias, o Estado deve atuar na proteção, no reconhecimento e na valorização de nossa inteligência ancestral, fundamentada na territorialidade, na ancestralidade e na temporalidade afro-brasileiras, assegurando condições para sua preservação, transmissão e fortalecimento diante dos desafios contemporâneos. Reivindicamos, ainda, a criação de mecanismos permanentes de salvaguarda, proteção e valorização do patrimônio imaterial afro-brasileiro.

Meio Ambiente e Saberes de Cura: Nossos modelos de compreensão do mundo mantêm uma conexão visceral e sagrada com a natureza, reconhecendo o terreiro como um espaço de produção e transmissão de saberes ancestrais relacionados ao uso das plantas, ao cuidado e à cura. Exigimos que nossas epistemologias e práticas tradicionais sejam consideradas na formulação e implementação das estratégias estatais de enfrentamento à crise climática e aos processos de degradação socioambiental, especialmente nos contextos urbanos.

Também exigimos o fim das violências perpetradas pelo próprio Estado contra nossos povos e comunidades, com a garantia efetiva da liberdade de consciência e de culto e, sobretudo, da proteção de nossa territorialidade, de nossa memória e de nossos modos de viver.

Finalmente, compreendendo-nos como Povos e Comunidades Tradicionais, apresentamos e reivindicamos estes pontos por reconhecermos nosso protagonismo nos debates nacionais e internacionais sobre direitos e garantias fundamentais, a partir de uma perspectiva progressista. Dessa forma, afirmamos nosso apoio incondicional a povos e nações que lutam pela autodeterminação e pela soberania, como Cuba, Venezuela e Palestina, e reafirmamos nossa defesa da soberania dos povos, do diálogo entre as nações e da cooperação internacional como caminhos fundamentais para a promoção da paz, da justiça e da fraternidade entre os povos.

Lembramos, ainda, que vivenciamos um contexto de eleições gerais na nação brasileira, marcado pelo avanço de perspectivas políticas de extrema direita que impulsionam o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia, atentando diretamente contra nossas existências e nossos direitos. Diante desse cenário, reafirmamos nosso compromisso com o apoio a candidaturas progressistas, comprometidas com a valorização dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matrizes Africanas, das culturas periféricas, do enfrentamento ao racismo e do fortalecimento das instituições públicas e dos órgãos responsáveis pela fiscalização e implementação das políticas de inclusão promovidas pelo Estado brasileiro.

Também exigimos dos partidos políticos o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização interna e, sobretudo, o fomento a candidaturas comprometidas com as demandas das populações negras e dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matrizes Africanas, ampliando sua representação nos espaços de poder e decisão.

Para além dos modelos de sociabilidade capitalista e socialista, somos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matrizes Africanas e orientamos nosso modo de ser e estar no mundo por princípios e práticas de convivência integrativas e não excludentes, uma vez que nossas cosmologias se constituem para além das dualidades que hierarquizam, separam e excluem. Essa é a nossa contribuição civilizatória para um mundo que se aproxima do caos e avança em direção à autodestruição.

Assim, exigimos o reconhecimento de nosso poder ancestral como expressão legítima de organização social, de construção política e de participação democrática, assegurando nossa presença ampla e irrestrita nos espaços institucionais, em todos os níveis e instâncias de decisão, com efetiva garantia de representatividade.

IV ÈGBÉ, Contagem, 07 de Junho de 2026